

O JORNALISMO E AS NARRATIVAS DE CONFLITO: DESAFIOS, ATRAVESSAMENTOS E PROCESSOS

JOURNALISM AND THE NARRATIVES OF CONFLICT: CHALLENGES, CROSSINGS AND PROCESSES

ENTREVISTA | INTERVIEW | ENTREVISTA

Fernando RESENDE | Universidade Federal Fluminense | Brasil

Resumo

Professor e pesquisador sobre jornalismo, narrativas e conflitos, Fernando Resende carrega em sua trajetória a experiência de aprofundar perguntas, buscando sempre outras questões e outros caminhos para repensar a prática e o fazer jornalísticos. Nesta entrevista para Âncora, Resende discute de que modos o jornalismo se mostra mediador de conflitos geopolíticos. Enquanto prática cultural-discursiva, cujo propósito é dar a ver fatos e histórias de um tempo em processo, a função do jornalismo é entrelaçar e problematizar desejos e interesses. Na conversa com Ana Lúcia Medeiros, o professor da Universidade Federal Fluminense atribui ao jornalismo o papel de interpelar o cotidiano, criar fricções e trazer à tona os jogos de poder. São esses alguns dos desafios que o jornalismo precisa enfrentar na produção de narrativas no complexo cenário midiático no qual está inserido. Acompanhe e confira os detalhes nesta entrevista.

Abstract

Professor and researcher on journalism, narratives and conflicts, Fernando Resende carries in his trajectory the experience of deepening questions, and always seeking other forms of rethinking the practice and the making of journalism. In this interview for Âncora, Resende discusses ways in which journalism is seen as fulfilling the function of mediating geopolitical conflicts. As a cultural-discursive practice, journalism, for him, can only be understood as the act of presenting facts and stories of a time in process, if it is able to interweave and problematize desires and interests. In his talk with Ana Lúcia Medeiros, the professor at the Fluminense Federal University attributes to journalism the role of questioning daily life, creating frictions and bringing up power games. These are some of the challenges journalism needs to face when producing narratives in the complex media scenario it is nowadays inscribed. See more details in the interview.

Palavras-chave:

Jornalismo; Narrativas; Conflitos; Desafios; Cenário Midiático; Atravessamentos.

Mots Clés:

Journalism; Narratives, Conflicts, Challenges, Media Scenario; Crossings.

ENTREVISTA

ENTREVISTA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2018
APROVADA EM 01 DE JUNHO DE 2018



1. No cenário de enfrentamentos geopolíticos, religiosos e territoriais que se intensificam com os avanços tecnológicos e o fluxo global de informações, que papéis são designados ao jornalismo? É possível pensar, no contexto atual, em um jornalismo que preserve o princípio do compromisso social?

Fernando RESENDE - Em reflexões minhas sobre o jornalismo, a partir de enfrentamentos geopolíticos, busco pensar que o seu lugar (o seu papel) em um cenário midiático marcado essencialmente pela diversidade de meios através dos quais narrar as histórias do presente é essencialmente o de colocar em cena os conflitos que os enfrentamentos suscitam. Nesse sentido, o jornalismo, além de buscar investigar possíveis encaminhamentos para os conflitos, seria um “mediador”, uma instância de enunciação cuja função primordial seria colocar em cena as derivações, as projeções, as contradições e os paradoxos que todo enfrentamento geopolítico suscita. É preciso entender que neste aspecto eu já aponto para uma definição de jornalismo que requer a concepção de que ele é, antes de tudo, uma atividade cujo propósito é dar a ver fatos e histórias de um tempo em processo. Isso nos distancia da concepção de um jornalismo marcado pelo princípio da transmissão de informação. O jornalismo de que falo, particularmente a partir do final do século XX, requer de nós, pesquisadores e/ou jornalistas, uma compreensão mais estendida que abarcaria o jornalismo na sua dimensão enunciatória. O jornalismo, conforme disse em reflexões anteriores, é uma atividade de linguagem, marcado por tensões, conflitos, interesses e disputas de poderes, cujo propósito é narrar as histórias que vivemos. É certo que essas histórias apontam sempre para experiências do passado e para projeções de um futuro, o que complexifica ainda mais a sua função. No meu entender, ela é sempre eminentemente social, cultural e política, para dizermos o mínimo, pois ao jornalismo cumpre entrelaçar e complexificar desejos e interesses (que em linhas gerais eu chamaria de “jogos de poder”); fatos que marcam as nossas experiências no tempo presente. Nesse sentido, pensar os enfrentamentos geopolíticos, religiosos e territoriais tem sido bastante produtivo, já que eles colocam em cena fenômenos político-culturais essenciais para a compreensão e a experiência do tempo presente; um desafio para o jornalismo pensado como instância de enunciação que primordialmente deveria zelar para efetivamente contribuir para a compreensão social e política das dinâmicas de poder que se inscrevem no

mundo de hoje. Não se trata, no meu entender, de uma atividade pedagógica, cujo preceito seria “esclarecer os fatos”, mas de interpelar o cotidiano, criando fricções e trazendo à tona os jogos de poder, antes mesmo de revelar suas consequências e resultados. Toda minha pesquisa sobre a narração do conflito Israel/Palestina, por exemplo, foi (e ainda é) essencial para eu mesmo entender o lugar redutor e simplista em que o jornalismo chamado “hegemônico” se instala quando ele se resume a contar os números de israelenses mortos e/ou dizer das pedras atiradas pelos palestinos. Claro que estou aqui sendo “caricatural”, vez ou outra há mais do que isso nos nossos jornais, mas eles basicamente se resumem a mostrar (via palavras e/ou imagens) as cenas do conflito, rendendo-se, muitas vezes, ao incompreensível que ali estaria dado. Há muitos conflitos dentro do conflito, cada vez mais nas minhas pesquisas isso se mostra relevante, ao mesmo tempo em que é notório o fato de que quanto menos esses conflitos são complexificados em jornais, mais eles estão em documentários e/ou quadrinhos, por exemplo. Gosto muito do que diz Irit Rogoff acerca do lugar que ocupamos e do desafio que nos cabe frente aos conflitos de longa duração que hoje enfrentamos: estamos vivendo uma “geografia exaurida”, dirá a autora, o que nos obriga a encontrar formas de pensar e atuar absolutamente distintas daquelas de que nos fizemos valer no século XX. Se esta é uma reflexão precisa, no meu entender, em relação ao que diz respeito à ocupação do território palestino, penso, do mesmo modo, que ela é contundente para pensarmos e avaliarmos nossas práticas midiáticas e narrativas nos dias atuais. O jornalismo é uma história, o que significa dizer que seus preceitos e princípios podem e devem ser sempre ressignificados. Há nele valores essenciais, por exemplo zelar pelo interesse público, princípios e ideais democráticos, mas ele também é, ao mesmo tempo, um campo aberto; se não repensarmos suas formas de ser e dizer nos dias de hoje, ele está fadado a ocupar um lugar irrelevante diante de outras muitas formas que hoje temos de narrar o tempo presente. E, pior do que notar sua irrelevância, é vê-lo como uma instância de enunciação que nada mais faz do que ser parte constitutiva do poder dominante.



2. No atual cenário de complexidade da comunicação, do jornalismo e da sociedade, é possível produzir uma narrativa jornalística humanizada na qual, de fato, se fale com “o outro”, numa escuta atenta àquele “a quem” e “de quem” se fala?

Fernando RESENDE - Nada me parece mais produtivo para reavaliarmos a produção da narrativa jornalística do que o “atual cenário de complexidade da comunicação, do jornalismo e da sociedade”. Gosto muito de pensar, por exemplo, que a própria discussão sobre “narrativa”, como lugar de problema no jornalismo, só se tornou relevante na medida em que avançamos do ponto de vista tecnológico, social e cultural. Em outras palavras, foi no bojo da complexificação dos sistemas midiáticos e da sociedade, que o termo “narrativa”, antes próprio do campo dos Estudos Literários, migrou para o campo da comunicação e se tornou efetivamente um objeto e um problema de pesquisa. Cremilda Medina, sabemos todos, foi pontual, bastante sensível e precursora ao colocar este termo em cena já no final dos anos 1970, problematizando não só as formas de narrar, mas também a entrevista e a própria epistemologia e a atividade jornalísticas. Outros pesquisadores, também essenciais, vieram em seguida, me refiro por exemplo a Luiz Gonzaga Motta, mas não foi até o final do século XX que o termo “narrativa” se fez presente e se espalhou para a pesquisa sobre outros tantos problemas relacionados ao jornalismo e outras práticas midiáticas. Sob esta perspectiva, no campo do jornalismo a discussão se tornou mais proeminente na mesma medida em que avançamos social e tecnologicamente. Ressalto este aspecto, pois ele me parece central para entendermos o que significa sermos atravessados pelos meios no mesmo instante em que os produzimos. O olhar precursor e atento de Medina já acenava para a narrativa como fenômeno essencial: haveríamos de pensar o jornalismo como forma de narrar, muito mais do que instância de transmissão de informação. Nesse sentido, falar “com o outro” se tornou também um problema relevante na medida em que viemos compreendendo o significado de narrar para a prática jornalística. Para entendermos a complexidade deste momento como essencial para a produção e a diversificação de narrativas que chamamos “jornalísticas”, eu gosto de pensar em termos de quadros histórico-culturais nos quais estamos todos inscritos. Numa perspectiva de um quadro histórico-cultural cujo valor (ou paradigma) é o informativo, ou a mera “transmissão de informação”, o outro – este de quem e para quem o jornalismo sempre falou – estava invariavelmente relegado ao papel de ouvinte/leitor/receptor, na sua forma mais reduzida possível. Já o quadro histórico-cultural cuja marca é o próprio avanço tecnológico, os trânsitos globais e a complexificação do fenômeno comunicacional inexoravelmente, e felizmente, dispõe os sujeitos em lugares de protagonistas. Me lembro muito da pergunta que Medina já faz há tempos: como o jornalismo lida

com os protagonismos do presente? Esta é uma questão que sempre me acompanha, é nela, penso eu, que está colocado o problema do outro, da relação com aquele de quem e para quem se fala no âmbito da enunciação. Por isso digo sempre que, afetiva e intelectualmente, devo a Cremilda Medina toda minha pesquisa em relação ao problema da alteridade no jornalismo. O que estou querendo salientar é que o quadro histórico-cultural no qual hoje estamos inscritos, cujo paradigma, no meu entender, é o “relacional”, não nos permite fugir deste dilema. Basta olharmos para o avanço das pesquisas no jornalismo, do final do século XX para cá, em relação às questões de gênero, cor, identidade, presença e papel do leitor. Tudo isso só se torna importante, no meu entender, em razão dos avanços e dos problemas que temos enfrentado desde então. Esta trajetória do pensamento e da pesquisa no campo do jornalismo, que me parece muito precisa, entretanto, tem se debatido com o atraso em relação às práticas, no âmbito do que conhecemos como jornalismo hegemônico ou tradicional. Este me parece um grande desafio em termos práticos e epistemológicos. Precisamos sempre buscar colocar outras perguntas de pesquisa, sem abrir mão das que já nos amparam, ao mesmo tempo em que é preciso repensar as práticas e o fazer jornalísticos. Com esses princípios – e sabemos que eles não são simples e nem imediatos – acredito sim que o quadro atual de complexificação do cenário midiático, no qual se inclui o jornalismo, é exatamente o que nos permite experimentar e produzir narrativas jornalísticas mais implicadas com a necessidade de falar “com” o outro. Há muitas pesquisas sendo feitas nesta direção e muitas práticas – a do chamado jornalismo de teor testemunhal, por exemplo – já sendo reconhecidas como desejosas desta condição fundamentalmente dialógica.



3. Diante de um quadro de retrocesso que a produção jornalística enfrenta, seria possível emitirmos uma reação inteligente? Modelos alternativos como o jornal online Mediapart (cuja proposta é garantir um produto independente com investigação jornalística); blogs de jornalistas críticos e alguns programas de debates poderiam ser uma solução para o problema?

Fernando RESENDE - Primeiro eu diria que não sei bem se a produção jornalística enfrenta um “quadro de retrocesso”. Talvez pudéssemos falar de uma estagnação, se pensarmos em outros momentos, já históricos, nos quais o jornalismo parecia se lançar a experimentações que, de forma proativa, ainda que às vezes ingênua, colocava em questão o próprio fazer

jornalístico. Falo, por exemplo, do “New Journalism” que, nos anos 1960, foi um forte movimento que questionava o papel do leitor e almejava uma certa ruptura nos modos de narrar as histórias do presente. Ele teve sua relevância, trouxe reflexões e produziu efeitos importantes (a nossa Revista Realidade, por exemplo), e sim, me parece que daquele tempo para cá, as experimentações são ainda escassas. De novo, o avanço tecnológico seria aí um fator importante? Teríamos nos sucumbido aos fetiches da mídia, atribuindo mais valor à tecnologia e aos meios do que aos nossos modos de usá-los? Há aí, me parece, um delineamento histórico – e eu diria, político-cultural – importante que devemos compreender melhor para falarmos desta possível estagnação, exclusivamente em relação a um “jornalismo tradicional”. Contudo, em contrapartida à estagnação – e é o mesmo avanço tecnológico que nos nutre – o que você chama de “modelos alternativos” cresce e se avoluma incrivelmente. Eles são fundamentais, há muitos jornais, em formas digitais, efetivamente se fazendo valer de narrativas transmidiáticas para experimentar formas muito interessantes de contar as histórias do presente. Além disso, as experiências com os blogs, e mais recentemente as experiências da Mídia Ninja, por exemplo já nos trouxeram reflexões muito importantes. Porém, eu não acredito que eles sejam “solução” para um problema que estaria no modelo tradicional, pelo menos enquanto forem pensados e mantidos como “alternativos”. Acredito então que parte do nosso desafio é refletir sobre o que eles provocam e evocam em termos narrativos, o que eles nos ensinam, inclusive pensando criticamente sobre o que os mantém neste lugar de “alternativos”. Acredito que temos muito o que aprender com as histórias em quadrinhos e os documentários, por exemplo, e acho que é fundamental nos deixarmos ser interpelados por essas outras formas de narrar o cotidiano e as histórias do presente.



4. Neste grave momento que o Brasil enfrenta, a mídia tradicional assume um papel político-social tendencioso. Como você analisa a articulação de estratégias traçadas pelos grandes conglomerados de comunicação brasileiros, que apresentam informações truncadas, ignorando o direito às diferenças, os princípios democráticos?

Fernando RESENDE - Quando falo, em resposta a uma pergunta anterior, sobre quão fundamental é entender o jornalismo como um “campo aberto”

“A elite jurídica e os parlamentares deram um golpe no país, o que veio ao encontro dos interesses dos jornais”.

Fernando RESENDE
Universidade Federal Fluminense | Brasil

sem que com isso tenhamos que abrir mão dos seus preceitos e princípios mais primordiais (o zelo pelo interesse público e pelos princípios democráticos), estou também, de forma subentendida, dizendo que há determinadas estratégias que se tornaram retóricas e fundamentalmente inoperantes no estágio atual das nossas sociedades. Minha crítica à tríade

objetividade/imparcialidade/neutralidade, por exemplo, deve-se principalmente ao fato de que ela tenha se tornado uma retórica travestida de “modos de pensar” o jornalismo. Isso me parece um grande equívoco (e penso que Gaye Tuchman já nota isso quando fala da objetividade como estratégia), pois enquanto forma de pensamento, esses significantes desconsideram o aspecto central desta prática que é eminentemente tomada pelo viés da linguagem. Qualquer um que estuda linguagem sabe que não há objetividade e nem imparcialidade quando se trata de narrar o presente, o passado, ou seja lá o que for. A antropologia e a história se debruçam sobre este problema há tempos, indagam e duvidam acerca do lugar do antropólogo e do historiador, e a mim me parece que no jornalismo este ainda é um caminho tortuoso, quando não “proibido”. Há formas de ser mais ou menos objetivo – e isso não tem exclusiva relação com usar aspas ou fingir que não se está presente na narrativa – e são essas formas que dotam os textos de sentidos. No momento em que a narrativa nos aparece como problema é preciso veementemente não só contestar o uso retórico desses recursos, mas também apontar para as diferenças que existem entre um narrar e outro. Nesse sentido, do ponto de vista de um fazer jornalístico tradicional, eu não vejo qualquer novidade na mídia assumindo um papel político-social tendencioso; sempre foi assim. Em uma pesquisa que realizei acerca das narrativas sobre o conflito afro-muçulmano no Brasil, particularmente a Revolta dos Malês, em 1835, na Bahia, é evidente a execração do jornalismo da época em relação ao movimento dos escravos, alegando que aquele era um ato bárbaro provocado por muçulmanos, o que então denotaria uma luta religiosa. O horror da escravidão em momento algum é levantado como problema nos jornais, quando outras disciplinas – de novo, a história e a antropologia – já nos ensinam que o Levante dos Malês era mais um dos outros tantos provocados por escravos insatisfeitos com as condições desumanas que viviam. Em outras palavras, todos os jornais da época aos quais eu tive acesso na pesquisa fazem nada mais do que reforçar a lógica do poder

colonialista que estava sempre buscando motivos para justificar e legitimar a crueldade que impingiam aos colonizados. Sob essa ótica, o direito às diferenças e o princípio democrático que você cita são desde sempre uma questão para a escrita e a prática jornalísticas. No jornalismo brasileiro, então, essencialmente colonizado e por conseguinte colonialista, este é desde sempre um dos grandes dilemas. Neste momento gravíssimo que o Brasil enfrenta, quando o próprio projeto democrático se esfacela, o que me parece acontecer é o exacerbamento das lógicas de mercado e das relações promíscuas entre os grandes conglomerados midiáticos e os poderes políticos e jurídicos. A elite jurídica e os parlamentares deram golpe no país, o que veio ao encontro dos interesses dos jornais. Assim, talvez tenha ficado mais evidente que a regra é ser tendencioso, ainda que sob a retórica da objetividade e da imparcialidade. Estas retóricas, também já disse antes, sustentam os autoritarismos, pois reforçam o lugar das autoridades, na medida em que são também contrárias do ponto de vista da linguagem, aos princípios da alteridade. É preciso enfrentar este fato.

ÂNCORA

5. Existiria alguma possibilidade de o jornalista, em sua rotina cotidiana, enfrentar dilemas como contundência e imediatez e contribuir para a manutenção de um jornalismo sério e crível?

Fernando RESENDE - Contundência e imediatez são dilemas, é exatamente isso, não são condições que deveriam justificar uma narrativa autoritária. E enquanto dilemas, para uma atividade cuja base é a linguagem, devem ser enfrentados à luz das práticas narrativas. Eu não acredito que o tempo para a produção de uma boa narrativa, que seja contundente, concisa e plural, possa ser medido único e exclusivamente no momento em que se escreve.

“Nossos currículos ainda dão muito pouca ênfase à linguagem como problema. Ela aparece como técnica e isso é absolutamente redutor”.

Fernando RESENDE
Universidade Federal Fluminense | Brasil

Há um saber no uso da linguagem que é fundamental, há modos distintos de narrar e se é esta a sua atividade-fim, no caso, narrar histórias do presente, é preciso (re)conhecer as muitas formas possíveis. Nossas escolas de jornalismo se limitaram a ensinar técnicas de escrita, sempre pautadas pelo que se acredita ser demandado pelo mercado, um sujeito (sic) que tem vida própria e

que nos comanda a todos. Assim, para pensar os problemas de uma rotina cotidiana da atividade jornalística é também preciso pensar a formação do jornalista. Nossos currículos ainda dão muito pouca ênfase à linguagem como problema. Ela aparece como técnica e isso é absolutamente redutor.



Professor Fernando RESENDE vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Linha de Pesquisa: Mídia, Cultura e Produção de Sentido.

E quando ela aparece, ou seja, quando na grade curricular também se propõe que o(a) aluno(a) discuta/conheça filmes, literatura, livros-reportagem, por exemplo, a questão aparece sempre como um adendo. A prática do que seria uma “escrita jornalística” propriamente dita segue livre, sem dilemas, a não ser a questão do tempo, do imediato e da necessária velocidade da informação. Narrar com e contra os fatos, que é o que me parece essencial, requer aprendizagem e

conhecimento de que a linguagem, jornalística ou não, é meio. Ela não é fim.



6. Em um de seus trabalhos você observa como, no século XX, agências de notícias controlavam informações internacionais. De acordo com sua análise, as notícias publicadas reiteravam, de forma substancial, os contextos hegemônicos, tanto políticos como econômicos da época. Será que hoje, com o fluxo de informações possibilitado pelas tecnologias, haveria margem para uma pluralidade maior de informações que deem voz a povos e grupos menos favorecidos?

Fernando RESENDE - A diversidade de meios através dos quais narrar as histórias e, por conseguinte, o reconhecimento da coexistência de vários modos de narrar as mesmas histórias são fenômenos primordiais que, no meu entender, tornam possíveis a coexistência de vozes e a pluralidade de informações. Não era este o mesmo quadro histórico-cultural que vivíamos no início do século XX, quando, neste trabalho que você menciona, fiz notar a presença ostensiva da “voz das agências internacionais”. Naquele trabalho, quando discuto a representação do conflito Israel/Palestina nos jornais da primeira metade do século XX, a voz – e até podemos pensar o

poder – das agências pairava nos jornais quase que isoladamente, pois pouco ou nada mais tínhamos além das fontes oficiais que falavam através destas mesmas agências. No quadro histórico-cultural que hoje experimentamos, a questão se coloca de outro modo. A voz das agências, teríamos que considerar, é mais uma a coabitar o espaço ocupado, por exemplo, pela voz dos palestinos e dos israelenses contrários ao sistema impetrado pelo Estado de Israel, apenas para ficarmos em torno do mesmo exemplo que você suscita. Neste contexto de pluralidade de vozes, a pesquisadora palestina Tawil-Souri, por exemplo, que pensa aquele território a partir das mídias, da cultura e da política, entende este momento como determinante para o palestino que vive dentro e fora do território ocupado e para o modo que o mundo, em linhas gerais, compreende o conflito. Não há dúvida, e isso eu também percebo em minhas próprias pesquisas acerca da representação da luta palestina ao longo dos séculos XX e XXI, que as narrativas em jornais hegemônicos da metade do século passado sofrem muito menos interpelações do que essas às quais temos acesso nos dias atuais. Nesse sentido a presença autoritária das agências internacionais nos jornais dos anos 1940/1960, por exemplo, não tem o mesmo efeito da presença desta mesma voz nos dias atuais, quando muitos filmes, documentários, weblogs e outras tantas vozes ativam outros vários sentidos em torno do mesmo conflito. O que deve nos intrigar, porém, é o fato de que o jornalismo tradicional faça tão pouco uso da condição de existência desta pluralidade de vozes. A ainda constante estratégia de acessar as fontes oficiais como regra de credibilidade, por exemplo, exclui muitas das outras vozes. E novamente, o uso do recurso à produção de narrativas que coloquem em cena os paradoxos e as contradições que essas vozes díspares suscitam é ainda extremamente escasso, para não dizer nulo, sabemos todos, na prática jornalística atual.



7. Em âmbito global, intensas disputas nos campos sócio-econômico-políticos e das religiões (que também se instalam no Brasil de hoje), colocam em evidência um jornalismo que põe em xeque o seu capital simbólico, a credibilidade. Haveria possibilidade de se pensar um jornalismo que se relacione eticamente com esses conflitos para além dos interesses dos grandes conglomerados de comunicação, inclusive cenário brasileiro atual?

Fernando RESENDE - A credibilidade é sem dúvida um dos mais importantes capitais simbólicos não só do jornalismo, mas de qualquer outra prática narrativa, já que se tratam invariavelmente de práticas que sobrevivem dos pactos estabelecidos com seus leitores. No caso específico de um jornal, cujo discurso de ordem é devedor do real (ou de um acontecimento do mundo vivido, se quisermos assim pensar), este pacto é ainda mais sensível, pois requer constantemente um exercício de checagem. Ninguém procura um jornal para ouvir/ler mentiras. Alguns ainda ali buscam a verdade absoluta, o que é uma outra questão, mas a credibilidade, no caso do jornalismo, está inevitavelmente enlaçada ao fato de que ali deve haver uma verdade. Com isso em mente, remonto um pouco à minha própria pesquisa para entendermos como este pacto parece se romper no âmbito da representação dos conflitos. O estudo que tenho feito em torno de conflitos político-culturais, que obviamente são também socioeconômicos, seja no caso da luta palestina ou a dos afro-muçulmanos, me mostram que antes até de não dizerem verdades, os jornais, de modo geral, forjam relações de poder, dirimindo a desigualdade de forças e reiterando o status quo, os preconceitos e os valores que prevalecem hegemonicamente na sociedade. Ao agirem deste modo, eles não só se atrelam ao poder dominante, deixando de lado o que deveria ser sua função de zelar pelos princípios democráticos, como também deixam de cumprir, com o seu leitor, o pacto de produzir verdades. Em outras palavras, ao omitir a existência de contradições e paradoxos, sempre presentes em qualquer conflito, os jornais entram no jogo perigoso de falar para um só leitor, aquele que também se atrela ao poder reiterado pelo jornal. No cenário brasileiro atual, este mesmo percurso me parece bastante pertinente. A crise dos jornais, portanto, não é somente econômica, mas também de ordem e natureza simbólicas e epistemológicas. Para quem ler/ver/ouvir uma parte da história – e sempre a parte atrelada ao poder que oprime – se nos é possível recorrer a outros narradores que mais fundamentalmente zelam pela complexidade dos fatos? Só existiria uma relação minimamente ética em relação à representação desses conflitos caso nessas narrativas jornalísticas nos fossem dispostas a pluralidade de vozes que apontam para as presenças díspares e contraditórias de atores que pensam e experimentam os conflitos. Em outras palavras, e isso fica muito claro diante dos conflitos que vivemos no Brasil nos dias atuais, a ética não está no que se diz, mas no(s) modo(s) de dizer o que se diz. A ética não se restringe ao lugar que se ocupa, e nesse

sentido, à luz das práticas narrativas midiáticas, ela é invariavelmente uma questão de linguagem.



8. As tecnologias proporcionam transformações importantes no jornalismo brasileiro atual. Mídia tradicional e mídias alternativas estabelecem vínculos na geração de circuitos interacionais, nos quais internautas assumem um protagonismo como coprodutor da informação. Na sua opinião, esse diálogo pode compor a rotina produtiva jornalística contemporânea, na constituição de um trabalho honesto e confiável?

Fernando RESENDE - No que diz respeito ao jornalismo brasileiro, não vejo, em linhas gerais, a rotina jornalística contemporânea interessada na incorporação de circuitos interacionais que promovam diálogos entre internautas e jornalistas, ou entre as mídias alternativas e as tradicionais, como sugere sua pergunta. Há sim uma espécie de apologia ao jogo interativo, bastante precário no meu entender, que alude à ideia de que o jornalismo estaria se colocando em relação com este "internauta". Práticas como "mande sua foto" ou "faça sua própria reportagem no bairro que você mora", no meu entender, são muito mais modos de forjar uma relação do que propriamente promover interações. Mesmo quando não são tomadas pelos determinantes técnicos que as próprias emissoras e jornais delimitam (a imagem deve ser na horizontal, por exemplo), a inclusão de pequenos trechos de reportagens feitas por não-jornalistas ou as pequenas notas que seriam a "visão do leitor", não interpelam o que já é consagrado no fazer jornalístico. Eu entendo que a constituição de um trabalho honesto e confiável, como você diz, está na compreensão de que o fazer jornalístico atravessa um quadro histórico-cultural que impõe ressignificações, tanto em termos práticos quanto teóricos. O internauta, assim como o leitor ou o telespectador, é também o outro de quem e para quem o jornalismo fala. A pergunta sobre como falar "com" este outro, a mim me parece, mesmo à luz do jogo interativo que as tecnologias em princípio promovem, ainda persiste. E ela é, também e antes de tudo, um problema relacionado à linguagem. Como, na sua remodelagem, caberia a "entrada" do internauta ou do leitor? Esta me parece uma pergunta interessante que poderia sim ajudar a recompor a rotina produtiva jornalística.



9. Que efeitos de sentido é possível identificar que estão sendo gerados na narrativa jornalística do presente?

Fernando RESENDE - Se for verdade que sob a luz, pouco se vê, me parece difícil dizer dos efeitos de sentido na narrativa jornalística do presente. O que eu tento fazer, nesses termos, é pensar a partir das representações da luta afro-muçulmana no século XIX, o mesmo caso que citei anteriormente. Ali especificamente, me parece interessante perceber não só o quanto os jornais da época reproduziram a lógica colonialista, como também contribuíram, de certo modo, para a produção de um certo imaginário em torno de quem é o muçulmano. As narrativas inventam geografias, esta é uma reflexão que tento fazer em um dos meus artigos, parte central da abordagem teórica que tenho feito mais recentemente, quando discuto mídia, narrativas e questões geopolíticas. Por este viés, os estudos das representações do Levante dos Malês demonstram fortemente o processo que chamo de “invenção de geografias”. Os jornais (e o jornalismo) da época, ao se coadunarem com a lógica do poder dominante, produzem o que eu chamo de uma “geografia do poder”, passando a ser um ator fundamental na veiculação e produção de imaginários que rompem o domínio da experiência temporal, expandindo-se e provocando uma distensão espacial, o que também é determinante em toda narrativa. Como exemplo, reporto-me à compreensão do que é ser muçulmano, ao longo da história, como devedora deste jogo de poder do qual o jornalismo é constitutivo. Se, na época do levante dos escravos muçulmanos no Brasil, interessava à lógica colonialista, eminentemente católica, associá-los à ideia de uma religião descabida – o Islã – os jornais, ao se referirem aos protagonistas do levante como bárbaros que agiam em nome de suas crenças, nada mais faziam do que contribuir para a concepção de que aqueles eram os inimigos da ordem. Foi também muito interessante perceber, em uma pesquisa que realizei durante o meu pós-doutoramento na Inglaterra, que os jornais ingleses, naquele mesmo período, faziam a mesma coisa, ou seja, atribuíam sentidos únicos aos escravos e ao Levante dos Malês, ocorrido no Bahia em 1835. Em outras palavras, os jornais do século XIX, que eu pesquisei no Brasil e na Inglaterra, falavam a mesma língua, organizando sentidos em torno de uma mesma geografia do poder, que era estritamente colonialista. No caso específico de questões relacionadas às religiões, por exemplo, ao refletirmos, em termos globais, sobre a relação direta que hoje se faz entre o muçulmano e o terrorista, percebemos um nítido amálgama de sentidos, um deslize de significantes que vem sendo construído, pelo menos, desde o século XIX, acerca de ideia de que o Islã seria uma fábrica de terroristas. Não se trata de dizer que

isoladamente os jornais brasileiros ou ingleses do século XIX seriam responsáveis diretos pela produção de sentidos redutores acerca do que é ser muçulmano, mas de pensar que, em linhas gerais, sim, os jornais daquele século, no que diz respeito a este episódio específico e a este grupo de sujeitos – os afro-muçulmanos no Brasil – estavam em total consonância com a produção de um imaginário coletivo em torno da ideia do muçulmano como bárbaro. Esses são efeitos de sentido que me parecem muito relevantes e que talvez joguem luz sobre um certo horizonte de expectativas que também hoje estaria sendo esboçado no Brasil. São conjecturas, mas a mim me parece possível considerar que, imersa em uma perspectiva política neoliberal e conservadora, a narrativa jornalística do presente, quando reitera e reverbera as lógicas dos centros de poder, estaria contribuindo imensamente para a sedimentação de um imaginário e de uma geografia do poder neoliberal e conservador.

ÂNCORA

10. A junção de elementos do jornalismo e do documentário adotadas por Eduardo Coutinho em *Cabra Marcado para Morrer*, ou na mostra de bastidores do programa *Profissão Repórter*, dirigido por Caco Barcellos, são exemplos da diluição de fronteiras observáveis em muitas produções jornalísticas atuais. Esse processo de hibridização também se manifesta nas relações que se estabelecem entre narrativas fílmicas, na literatura e na imprensa (interesses claramente manifestos em sua trajetória de jornalista e pesquisador). Que grandes desafios você identifica na fusão dessas linguagens, no que diz respeito ao protagonismo do sujeito, tendência da experiência jornalística contemporânea?

Fernando RESENDE - O meu interesse por pensar a partir do que você chama de uma "narrativa humanizada" nasceu basicamente da minha desconfiança, já na época da minha graduação em jornalismo, de que a narrativa das histórias do presente, nos jornais, padecia de um excesso de tecnicização da linguagem. Eu decerto não entendia nada do que me incomodava, mas a ideia de que seria possível pensar e produzir uma comunicação sem ruídos me era sempre estranha. Eu então busquei fugir da escrita jornalística, me tornei repórter fotográfico e foi exatamente no trabalho com a fotografia que descobri, para minha tristeza na época, que havia ali também um problema relacionado ao jogo de produção de

sentidos. Por esta razão, a ficção surgiu para mim como um caminho, em princípio fora do campo da comunicação, em que o processo de subjetivação dos sentidos seria totalmente libertário. Novamente um engano, mas desta vez mais libertador que antes, pois foi dali que surgiram para mim os problemas e os desafios relacionados aos atravessamentos entre os discursos literário e jornalístico. A descoberta, à época, de que a ficção não é sinônimo de mentira foi fundamental. Havia (e há) no discurso que almeja ser ficcional um resto de factualidade, assim como há no discurso que projeta o factual, um traço de ficção. Não se trata portanto de separar ficção de fato, mas de entender que no âmbito da linguagem, toda produção de sentido é devedora do cruzamento dessas duas formas de abordar o mundo; foram essencialmente Ricardo Piglia e, mais tarde, Paul

Ricoeur, que me trouxeram esta dimensão produtiva do problema que me atravessava desde a graduação. Daí todo o meu trabalho de pesquisa se pautou no princípio de que o cruzamento dos discursos literários, documentais e jornalísticos (e eu gosto mais de

Onde é que nas retóricas da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade se esconde o poder?

Fernando RESENDE
Universidade Federal Fluminense | Brasil

falar em atravessamentos do que hibridizações) seria bastante efetivo para pensarmos as potências de uma dada narrativa jornalística. Eduardo Coutinho, por exemplo, traça toda sua obra a partir de uma angústia que lhe era central: como estar com o outro, sendo ele mesmo, o diretor Eduardo Coutinho, aquele que detinha o poder de apontar a câmera para este de quem ele falava? Coutinho, que também veio do jornalismo, é propulsor de um avanço importante, no caso do Brasil, daquilo que se refere à discussão teórica e à prática do documentário. Nesse sentido, os seus documentários, do meu ponto de vista, exatamente porque cruzam fato e ficção sem o temor de perder credibilidades, são essenciais para entendermos as várias experiências possíveis de produção de uma narrativa na qual o outro é um potencial protagonista. Assim, sem jamais esquecer os pactos próprios do jornalismo, mas essencialmente lembrando-se dos princípios que antes ressaltar, acredito que de uma perspectiva metodológica, e eu diria também epistemológica, os documentários, e em especial os do Coutinho, são fundamentais para indagarmos nós mesmos acerca dos dilemas que o jornalismo, enquanto prática cultural discursiva, se lhe impõe. Qual é o lugar do repórter, quando desacreditamos da

retórica da neutralidade? Se é verdade que “não se filma nem se lê impunemente”, como diz Jean Louis Comolli, onde é que nas retóricas da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade se esconde o poder? É por este viés, exemplificado aqui de forma breve, que eu acredito ser importante, e bastante desafiador, nos deixarmos valer de outras práticas discursivas para suspeitar, indagar e refletir acerca do jornalismo que tanto prezamos. O “Profissão Repórter”, ainda que uma experiência problemática, já que não basta estar nos bastidores para que se coloque em questão os lugares de poder, é fundamental e essencial, como também procuro pensar em um dos meus artigos, para nos fazer ver que o problema da linguagem no jornalismo não é de natureza técnica, mas de criação e potencialização de afetos, proximidades e distanciamentos. Dito isto, eu pensaria que o desafio, ao notarmos e darmos valor ao atravessamento das linguagens que você cita, em parte está em buscar entender que ele não necessariamente dilui fronteiras. Pode haver atravessamentos em uma narrativa jornalística – por exemplo, deixar aparecer as marcas de um narrador – e o jornalismo continuar sendo jornalismo e não um documentário ou um romance. A questão, me parece, é que para isso é preciso abrir mão da ideia de que uma narrativa jornalística é primordialmente aquela que esconde as marcas da enunciação. Isso não só é impossível, como também, do ponto de vista da linguagem, é redutor e pode se configurar como um modo autoritário de narrar o presente.

ÂNCORA

11. Sob a perspectiva de que o jornalismo seria uma prática cultural discursiva, que elementos caracterizam os modos de produção daquilo que se entende como acontecimento jornalístico?

Fernando RESENDE - Ricoeur diz que “narrar é criar acontecimentos”. Esta é uma linha de pensamento muito relevante, mas que não pode destituir outras de igual relevância que pensam o acontecimento como algo que irrompe no cotidiano; uma perspectiva que é também fundamental para problematizarmos acerca de como o jornalismo reage em relação ao que se constitui como fato. Trabalhos muito importantes, realizados por grupos de pesquisadores da UFRGS, UFMG e UFSC, encaminham essas questões de forma brilhante. Contudo, havemos também de pensar que a concepção de Ricoeur está totalmente atrelada à ideia de que a narrativa também produz fatos. Por ser parte do mundo, a narrativa tanto o representa, no sentido

estrito do termo, quanto o cria. Pelo viés da narrativa, conforme a concebe Ricoeur e de acordo com o que este autor entende como sendo o círculo hermenêutico no e a partir do qual a narrativa se inscreve, o acontecimento é também aquilo que ela produz. No artigo em que busco discutir a luta palestina como um acontecimento jornalístico, meu esforço é entender de que maneira e por quais estratégias aquela luta territorial, em princípio, vai se transformando em uma luta religiosa de judeus contra árabes. Em outras palavras, o conflito, que está muito fortemente vinculado aos jogos de poder e à fundação do Estado de Israel, aspectos que visam à tomada e ocupação do território palestino, emerge nas narrativas jornalísticas da primeira metade do século XX como uma luta pela Terra Prometida. Esta é a disputa que, neste caso específico, se configura como um acontecimento jornalístico. A difícil separação entre o que é o Estado de Israel e o judeu, e entre o que é o árabe e o muçulmano, é radicalmente derivada da lógica deste “acontecimento” que foi produzido, e eu diria criado, pelas narrativas dos jornais absolutamente alinhadas às lógicas do poder britânico, norte-americano e, em medida mais ampla, à geografia do poder “ocidental”. Naquele caso especificamente é muito relevante tratarmos o problema nesta perspectiva, pois ela também nos ajuda a entender através de quais recursos aquele território em particular se vincula ao que compreendemos como “oriente”. A ocupação do território palestino segue de forma brutal e ela é hoje, mais do que nunca, muito discutida em fóruns acadêmicos. É muito interessante notar que parte significativa desta discussão gira em torno de “acontecimento jornalístico” produzido pelas narrativas que circularam e ainda circulam no mundo. E este acontecimento jornalístico serve muitas vezes não só para justificar nossos distanciamentos em relação ao que nós, no Brasil, entendemos como “oriente” – aquilo não nos diz respeito, não faz parte do nosso mundo – e justificam, ao mesmo tempo, a própria ocupação. Dito de outro modo, este acontecimento jornalístico produz discursos (podemos também dizer “outras narrativas”) contra e a favor da ocupação, discursos muitas vezes pautados na perspectiva exclusivamente religiosa, o que, de modo contraditório, minimiza o aspecto político-cultural próprio daquele conflito. Talvez possamos assim dizer que os elementos que caracterizam a produção do acontecimento jornalístico, neste modo específico de pensá-lo, é exatamente o amálgama (a colagem?) que se processa entre o poder dominante e as narrativas dos jornais. A pesquisa extensa que fiz nos jornais do século XX acerca da luta palestina demonstra o quanto este acontecimento muda de forma na medida em os poderes se realinham.

Quem é o terrorista, quem usurpa o território de quem, quais identidades estão em jogo e quais características específicas se atrelam a quais sujeitos é resultado de um deslizamento de sentidos nos próprios jornais, que é, por sua vez, proveniente do jogo impetrado por quem, em momentos distintos, detém o poder de dizer o que é aquele conflito. É assim que os jornais seguem a reboque dos poderes dominantes.

Algumas produções de Fernando RESENDE

Capítulos de Livros

- RESENDE, Fernando. "Reporting Pre-1948 Palestine in Brazil: the journalistic narrative and the British Empire". In: Harb, Zahera (org.). Reporting the Middle East: the practice of news in the 21st Century. London (UK): IB Tauris, 2017.
- RESENDE, Fernando. "Imprensa e Conflito: narrativas de uma geografia violentada". In: Peixinho, Ana Tereza; Araújo, Bruno. (orgs). Narrativa e Media: Géneros, Figuras e Contextos. Coimbra (Portugal): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- RESENDE, Fernando. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: França, Vera & Vaz, Paulo Bernardo (orgs.). Comunicação midiática: instituições, valores, cultura. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica, 2012.
- RESENDE, Fernando. Para um jornalismo audiovisual de fricção: a delicadeza de não ter o que dizer. In: SOARES, Rosana. GOMES, Maira. Profissão Repórter: São Paulo, Brasil: Alameda, 2012.
- RESENDE, Fernando. "Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa". In: Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas. SILVA, Gislene. & KÜNSCH, Dimas. & BERGER, Christa. & ALBUQUERQUE, Afonso. (orgs.). Salvador, Brasil: EDUFBA/Compós, 2011.
- RESENDE, Fernando. Espaços parciais, espaços de resistência - relatos e conflito no cenário contemporâneo. In: GOMES, Renato; MORGATO, Izabel (Orgs.). Espécies de espaços: territorialidades, literatura, mídia. Belo Horizonte, Brazil: UFMG, 2008.

Artigos recentes publicados em Periódicos

- RESENDE, Fernando; THIES, Sebastian. "Temporalidades enredadas no Sul Global" (part I). (*Entangled temporalities in the Global South*). CONTRACAMPO – Brazilian Journal of Communication (UFF), v. 36, n.3, 2017. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/1095>>
- RESENDE, Fernando; PERES, Ana Cláudia. "Nós, as testemunhas: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal". *Dispositiva* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas, v. 5, p. 121-137, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/12694>>.
- RESENDE, Fernando. ROSSIGNOLI, Letícia. "O conflito Israel/Palestina como

acontecimento jornalístico: análise de narrativas do Jornal Folha, da Manhã (1936/1946)". Revista GALÁXIA (PUC-SP), n 30, p. 86-98, 2015. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/23289>>.

RESENDE, Fernando. The Global South: conflicting narratives and the invention of geographies. IBRAAZ, London, 2014. Disponível em: <<http://www.ibraaz.org/essays/111>>.

RESENDE, Fernando. ROBALINHO, Roberto. Eu, na fronteira dos teus olhos - sujeitos, territórios e resistência no conflito Israel/Palestina a partir de um filme de Avi Mograbi. Revista ECO-PÓS, Rio de Janeiro, v. 17, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1277>.

RESENDE, Fernando. Inventing Muslims as the Other in Nineteenth-century Brazil. Middle East Journal of Culture and Communication, vol. 6, London, 2013. Disponível em: <<http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/18739865-00602001;jsessionid=1iwdrp495ggf.x-brill-live-03>>.

RESENDE, Fernando. (Est)ética da praça: rua, mídia e partilha. Revista Intexto, Porto Alegre, v. 1, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/41159>>.

Livros

RESENDE Fernando. Textuações: Ficção e fato no Novo Jornalismo de Tom Wolfe. São Paulo: Annablume, 2002.

RESENDE, Fernando; IQANI, Mehita (Orgs.). Media and the Global South: narrative territorialities, cross-cultural flow. New York, Routledge, 2018 (prelo).

RESENDE, Fernando; ROBALINHO, Roberto; AMARAL, Diego. (Orgs.). Modos de Ser Sul: territorialidades, afetos e poderes. (Org.). Rio de Janeiro: e-papers, 2018 (prelo).